



**4. 2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTO TIRSO –
APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O RESPECTIVO RELATÓRIO DE
PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E ENVIO DA RESPECTIVA PARA A
ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

Presente informação da Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território, de vinte e dois do corrente mês de abril, registada com o número três mil cento e noventa e quatro, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte de março de dois mil e vinte e cinco (item quatro da respetiva ata), que aprovou a versão da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal a submeter a discussão pública, e tendo terminado o respetivo período, o Relatório de ponderação da discussão pública, bem como a Proposta de 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, incorporadas as alterações decorrentes da ponderação das participações apresentadas durante o período de discussão pública, e da compatibilização com os pareceres emitidos. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram apresentadas as seguintes propostas de deliberação: -----

A) Considerando o teor da aludida informação técnica, bem como o teor do aludido Relatório, documentos que aqui se dão por integralmente transcritos para todos os efeitos legais, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, propôs que a câmara municipal, ponderado o teor do referido Relatório, do qual se juntará cópia à ata da presente reunião e dela ficará a fazer parte integrante, como Anexo I, deliberasse aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a sua divulgação através da comunicação social, no sítio institucional do Município na Internet e na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, em conformidade com o previsto no n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio. -----

B) Que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12



Alma Fagundes

de setembro, e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º, em conjugação com o artigo 119.º do RJIGT, deliberasse aprovar a proposta de 2.ª revisão ao Plano Diretor Municipal, a qual é constituída pelos elementos a seguir referidos, que serão juntos à ata da presente reunião e dela ficarão a fazer parte integrante, como Anexo II, e submeter a mesma à assembleia municipal, para aprovação. -----

a) Elementos fundamentais: -----

- Regulamento e anexos (Património Cultural; Áreas Programadas; Orientações e determinações do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre o Douro e Minho; Áreas Excluídas da Reserva Ecológica Nacional); -----

- Planta de Ordenamento (Classificação e qualificação do solo; Salvaguardas ambientais e patrimoniais; Salvaguardas – Riscos; Salvaguardas – Zonamento acústico; Programação da execução do plano; -----

- Planta de Condicionantes (Recursos naturais, patrimoniais e infraestruturas; Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança e Redes de Defesa do SGIFR). -----

b) Elementos que acompanham o plano: -----

- Relatório e anexos; -----

- Programa de Execução e anexos; -----

- Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira;

- Relatório Ambiental e resumo não técnico. -----

c) Elementos complementares que acompanham o plano: -----

- Planta de Enquadramento Regional; -----

- Planta da Situação Existente; -----

- Planta das Áreas Percorridas por Incêndios Rurais nos últimos 25 anos; -----

- Carta do Património Arquitetónico e Arqueológico; -----

- Planta da Estrutura Ecológica Municipal por sistemas; -----

- Carta da Reserva Ecológica Municipal por tipologias; -----



- Planta dos Equipamentos e Infraestruturas; -----
- Planta e Relatório de Compromissos Urbanísticos; -----
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha de Dados Estatísticos; -----
- Mapa de Ruído; -----
- Carta Educativa; -----
- Estudos de Caracterização. -----

Será junta também à ata da presente reunião, e dela ficará a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, cópia do parecer final da CCDR-NORTE, I. P., de 16 de janeiro de 2025. -----

Após apresentação do assunto os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL fizeram a declaração política que consta das subsequentes três folhas.--

Seguidamente ausentaram-se da reunião de câmara. -----

Considerando que existe quórum de funcionamento e quórum deliberativo, o senhor presidente decidiu continuar a reunião de câmara, tendo ainda feito algumas referências à decisão tomada pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, conforme ficará a constar da ata desta reunião. -----

Após essa intervenção, o senhor presidente da câmara colocou as duas propostas que antecedem à votação. -----

A câmara municipal deliberou aprovar as referidas duas propostas, por unanimidade dos membros presentes. -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, trabalhadores, público e comunicação social

Chegados a este ponto, e depois de analisarmos cuidadosamente o Relatório de Ponderação e a Proposta Final da 2.^a Revisão do PDM, não podem, os vereadores do PPD/PSD, deixar de registar, com a serenidade possível, que estamos perante um processo que levanta sérias dúvidas, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista democrático. E digo isto com muita tristeza, mas também com base nos próprios documentos que nos foram entregues.

Desde logo, convém recordar que o período de Discussão Pública terminou a **1 de agosto de 2025**.

Pela informação enviada e, diga-se divergente, da informação dos vereadores, que, têm números de denúncias superiores, os serviços analisaram 1053 participações, das quais 762 foram consideradas válidas, ou seja, 30% destas ficaram por analisar. Além disso, das 762 participações, 328 vieram a não ser acolhidas, ou seja mais 43%, o que somado dá um total de propostas rejeitadas e não acolhidas de quase 60%. **Algo impensável**, significa na prática, que, mais de 600 munícipes ficaram por esclarecer e respeitar. E, o próprio relatório reconhece que, da ponderação **dessas participações** (excluindo todas as outras), resultaram em **alterações ao solo urbano e ao solo rústico**, os seguintes valores:

- a) **6,5% do solo urbano;**
- b) **2,6% do solo rústico;**
- c) **2,4% da RAN;**
- d) **1% da REN.**

Estas alterações, foram introduzidas posteriormente e que **modificam a classificação de solo**. Ora, o próprio RJIGT é claro: ***"qualquer alteração substancial que afete direitos, expectativas ou a estrutura territorial obriga à reabertura da Discussão Pública"***. E quando se altera a classificação de solo, sobretudo quando se mexe em reservas agrícolas e ecológicas, não estamos perante um detalhe técnico, mas sim de matéria muito sensível, com impacto direto na esfera jurídica dos proprietários.

Mas o relatório tenta convencer-nos de que estas alterações “**não são substanciais**”. Pois bem, quando um proprietário vê o seu terreno passar de urbano para Reserva Agrícola Nacional, ou quando outro vê o seu terreno sair de REN para entrar em solo urbano, isso não é substancial? É apenas um “**ajustamento**”? É uma espécie de **cosmética cartográfica**? É difícil não sorrir perante tamanha **elasticidade conceptual**.

Mas, esperem, porque depois há o risco real, objetivo e previsível, de **impugnação**. Não apenas por parte dos munícipes, que verão os seus direitos afetados sem nova consulta, mas também por parte das próprias entidades competentes, que podem considerar que o procedimento não respeitou o RJIGT. E, sinceramente, não sei o que será mais grave, se a impugnação em si, ou, o facto de estarmos a ser empurrados para aprovar um documento que já nasce com este **potencial de nulidade**. *e viola o princípio de confiança!*

Mas o mais extraordinário, e aqui peço desculpa pela ironia inevitável, é que estamos hoje, dia 30, às 15h00, a discutir e votar este documento em reunião de Câmara... **E o mesmo documento já consta da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal marcada para as 21h00 do mesmo dia e distribuída aos deputados na segunda feira (27 de abril) ao final do dia**. Ou seja, o órgão máximo, a Assembleia Municipal vai discutir um documento que ainda não tem deliberação. É uma espécie de **futurologia institucional**, um exercício de **adivinhação democrática**, uma confiança tão absoluta no resultado que quase dispensa a própria votação. (aliás o mesmo se passa em mais 3 pontos da ordem do dia!)

Isto não é apenas estranho. É revelador. Revela a forma como este **novo** Partido Socialista tem tratado os órgãos autárquicos, os vereadores e, no limite, o próprio princípio democrático. Esta Câmara transforma-se numa formalidade, a Assembleia Municipal numa extensão automática, e os vereadores e deputados da oposição num detalhe incómodo que se ultrapassa com agenda pré-preenchida.

E porque não pactuamos com atropelos procedimentais, nem com a ideia de que a democracia é um ritual e não um processo, informo desde já que vamos **remeter este caso à CCDR-N e ao Ministério Público**, para que avaliem a conformidade do procedimento, a legalidade das alterações introduzidas após a Discussão Pública e o respeito pelos direitos dos munícipes. Informamos ainda que iremos dar entrada de uma providência cautelar para impedir a entrada em vigor desta 2ª Revisão, altamente lesiva e desrespeitadora de todos os munícipes.

E, Senhor Presidente, porque há momentos em que o protesto tem de ser mais do que palavras, e porque não estamos disponíveis para legitimar com a nossa presença um

processo conduzido desta forma, **os vereadores da oposição ausentar-se-ão do restante período da reunião**, em sinal de profundo **desagrado, protesto e tristeza** pelo modo como este Executivo tem tratado não apenas os vereadores do PPD/PSD, mas também a própria Câmara e a Assembleia Municipal.

É um dia triste para a democracia local. E é ainda mais triste perceber que, para alguns, isto parece absolutamente normal.

Os vereadores do PPD/PSD

Ricardo Pereira

Fernando Vale

Paula Graça

(em substituição da Sara Lima)